TENDÊNCIAS ATUAIS DO JUDICIÁRIO*

LUÍS FELIPE SALOMÃO

Juiz de Direito. Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ

Senhoras e Senhores, peço licença para uma saudação concentrada em nome do Presidente Carlos Alberto Xavier, no qual cumprimento todos os integrantes da mesa, os meus colegas magistrados da 15ª Região e aos demais participantes deste já vitorioso IV Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho da 15ª Região.

Quero pedir licença para um registro de agradecimento aos colegas juízes Fernando Borges e Francisco Giordani, companheiros de luta associativa e que muito me honraram com este convite. Cumprimento também essa grande liderança nacional da magistratura, companheiro juiz Gustavo Tadeu Alckmin, que presidiu a ANAMATRA e esteve conosco à frente de grandes lutas que desaguaram inapelavelmente em avanços institucionais. Trago também um abraço dos colegas do Conselho de Representantes da AMB, juntamente com os quais estivemos reunidos em Brasília ontem e anteontem, trazendo um abraço especial a todos do nosso Presidente, Des. Cláudio Baldino Maciel.

Quero crer que a minha presença aqui como juiz integrante da Justiça estadual do Rio de Janeiro e presidente de uma associação de magistrados estadual significa a grande linha de coesão que une a magistratura brasileira nos dias de hoje, fator de união que impediu que uma atrocidade como essa que o colega Gustavo Tadeu acabou de mencionar – a extinção da Justiça do Trabalho - não viesse a se concretizar. Na verdade, não seria apenas a extinção da Justiça do Trabalho – como se costuma dizer - mas sim a extinção do próprio Direito do Trabalho. Mas através da força e união demonstradas pela magistratura, por intermédio de uma luta coesa dentro do Congresso Nacional é que se impediu esse delito contra os direitos da cidadania.

* Palestra proferida em Campinas-SP, durante o *IV CONGRESSO NACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO*, em 27 e 28 de junho de 2002.

Fui pego de surpresa pelo colega Francisco Giordani e aqui venho trazer um pouco da visão da magistratura, em especial das associações de magistrados – uma das quais represento – em torno desse assunto inquietante que é o destino e a tendência do Poder Judiciário no início de um novo século.

Antes de fornecer alguns números que darão uma visão do tema que vamos tratar, vou me permitir contar uma pequena história que circulou pela Internet – creio que é uma fábula indiana – e que talvez alguns já até a conheçam, mas de qualquer forma ela dá bem a medida de onde estamos querendo chegar, ela é bem ilustrativa daquilo que vou falar.

Uma grande expedição de caça se reuniu e foram para a África atrás de grandes caçadas. Anunciavam a descoberta de uma fórmula mágica: um flautista que quando tocava sua flauta, as feras todas paravam, ficavam mansas e permitiam assim uma caça mais fácil. E assim seguiu a expedição para a África – com essa inovação tecnológica – e lá, na primeira oportunidade, veio um tigre selvagem, em seguida o flautista começou a tocar sua flauta e a fera foi se amansando aos poucos, permitindo o seu imediato abate. Eles comemoraram muito o milagre, dançaram e cantaram, imaginando que a caçada prometia. E assim foi se sucedendo até que um dia apareceu um leão, daqueles grandes, só que desta vez, quando o flautista começou a tocar, ele não se amansou, não foi uma presa fácil: pelo contrário, ele foi abatendo todos os integrantes do grupo – a começar pelo próprio flautista – e terminou com a expedição, pois acabou comendo todo mundo. Dois macacos que estavam numa árvore comentaram um para o outro: *“Pois é, eu sabia que se eles não se preparassem – como não se prepararam – um dia iriam encontrar um leão surdo!”*

Essa fábula permite algumas conclusões: nunca confie em soluções prontas, sempre preveja o futuro, sempre previna soluções e sempre esteja preparado para situações difíceis que o destino nos apresenta. Essas são algumas lições que tiramos dessa fábula pitoresca.

Temos um quadro no Brasil de hoje bastante complexo. Separei alguns dados com os quais pretendo fazer uma linha de exposição evolutiva que abranja a história e a participação do Judiciário e algumas propostas que ele pode apresentar para o futuro, sempre que possível, tendo como fundo o panorama da história da evolução do Judiciário no mundo moderno, aqui no Brasil e em outros países.

Está se prevendo que para o ano de 2005 – vi essa estatística outro dia em um artigo muito interessante de jornal – o Brasil vai contar com o

maior contingente de jovens adultos da história mundial. Em 2005 iremos ter o maior número de jovens adultos do mundo - na faixa dos 15 a 30 anos de idade -, o que significa dizer que temos de estar preparados para dar emprego, saúde, educação, lazer e mais tarde, também previdência para todos.

Temos uma economia absolutamente instável e uma desigualdade gritante: os 10% mais ricos detêm 60% do PIB e 60 milhões de pobres, ou seja, quase metade da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza. Temos 12 milhões de crianças abandonadas. Nosso País ocupa o 1º lugar em desigualdade social no mundo – segundo classificação do BID.

Em termos de Judiciário, temos uma situação bem delicada: um juiz para cada 26 mil habitantes; na Alemanha a razão é de um juiz para cada 3.400 habitantes; na França, um juiz para cada 7.000 habitantes; na Argentina, um juiz para cada 9.000 habitantes. No Brasil, um juiz julga por ano 4.000 processos, em média, enquanto que na Alemanha um juiz julga 600 processos. Ainda na Alemanha, uma causa de 6 mil dólares custa, aproximadamente, a metade do preço para ser ajuizada; na Itália, é 10% do valor da causa, isso só para movimentar a máquina judiciária.

No Brasil, em 1988, foram ajuizadas em todas as esferas da Justiça aproximadamente 350 mil processos; passados 10 anos, foram propostos mais de 4 milhões de processos, ou seja, o número de processos aumentou 25 vezes, enquanto o número de juízes, no mesmo período, não chegou a dobrar: éramos, aproximadamente, 4.900 em 1988 e, em 1998, 10 anos depois, perto de 9 mil.

Esses números fortes gritam por si e transmitem aos colegas uma pálida noção das dificuldades que os juízes brasileiros enfrentam. Fiz questão de mencionar esses dados porque temos sempre de sublinhar a questão da formação de qualquer nação no mundo moderno: não há democracia – e essa afirmação é absolutamente verdadeira – sem um Judiciário forte, independente e autônomo. Tanto que a história está aí para nos mostrar que nos períodos mais negros da ditadura foi justamente o Judiciário um dos mais prejudicados, juntamente com a imprensa: calam a imprensa e ao mesmo tempo suprimem as garantias dos juízes, pois são eles os incumbidos pela Constituição de fazer valer os direitos.

Norberto Bobbio costuma dizer que o acesso à Justiça é o *direito a ter direitos* ou o *direito dos direitos*. É dele e de um outro sociólogo aqui de São Paulo – José Eduardo Farias - uma expressão que reputo muito feliz, quando dizem que há uma má-vontade do *establishment* em relação

à estrutura do Judiciário, exatamente porque é ele quem está autorizado a garantir os direitos e, muitas vezes, os juízes incomodam.

Vou fazer agora um breve resumo histórico falando sobre o porquê da demora desse despertar da magistratura na comunicação com a sociedade e, por outro lado, porque a sociedade demorou para visualizar o quanto é importante um juiz forte e independente, porque vai chegar um momento em que a própria cidadania é que vai defender a garantia da magistratura com a consciência de que os juízes são vitais para a construção e manutenção da democracia. Demorou um pouco o despertar dessa consciência e foi conosco – o movimento associativo – onde mais acentuou a necessidade de uma pró-ação judicial ou o que atualmente chamamos de *ativismo judicial*.

Começou por volta de 1979, ainda durante o regime militar, com a elaboração da *LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura Nacional*. Foi um desembargador do meu Estado – Miranda Rosa – quem presidia a AMB e, ainda que limitado pelo momento histórico, apresentou um pequeno trabalho dentro do Congresso Nacional para sensibilizar a sociedade e seus representantes para a necessidade de um Judiciário independente. Mesmo assim, a LOMAN traz resquícios autoritários e avançamos muito pouco naquela ocasião.

Foi na Constituinte de 1988 onde mais visivelmente se pôde notar a atividade dos juízes. Para quem não se recorda, o primeiro esboço da Constituição de 1988, no capítulo do Judiciário, o trazia não mais como um Poder da República, mas sim como um apêndice do Poder Executivo. Nossa condição era bastante adversa naquela ocasião e foi preciso muito trabalho para se reverter o quase linchamento ao qual o Poder Judiciário era submetido naquele momento.

Revertemos a situação e conseguimos muitos avanços na Constituição de 1988; houve um trabalho sério, saímos do casulo, passamos a dialogar com a sociedade e apresentar a necessidade de um Judiciário independente e autônomo e conseguimos avanços, como por exemplo o estabelecimento de autonomia administrativa e financeira – embora seja ainda um mero enunciado constitucional, trata-se de um avanço, sem dúvida alguma, fomos mantidos como Poder da República, inúmeros institutos que alavancaram a cidadania foram trazidos ao nosso ordenamento jurídico, como o *habeas data*, o mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção, estabeleceu-se o critério do primeiro quinto na antigüidade na disputa do merecimento para a promoção – que até então não existia –, para as magistraturas

estaduais se deu verdadeira autonomia administrativa ao Poder. Em relação a esse último aspecto, antes da Constituição de 1988, quem nomeava os juízes para os cargos respectivos e nas promoções era o Governador do Estado – hoje é o Presidente do Tribunal que faz essa nomeação; ou então queríamos muitas vezes fazer uma reforma em um fórum do Interior e dependíamos de dotação orçamentária do Executivo, mas já vai longe o tempo em que isso ocorria.

Enfim, muitos foram os avanços que conseguimos depois da Constituição de 1988. Em outros tantos, especialmente no que diz respeito à democratização interna do nosso Poder, não pudemos avançar.

Contextualizando essa situação, tivemos naquela ocasião um Judiciário que era possível desenhar a nível constitucional. É preciso mencionar que do ponto de vista histórico, todo o sistema da Justiça passava por um momento de grande crise; aliás, não era uma crise do sistema da Justiça e sim do Estado brasileiro. Podemos diagnosticar, sem medo de errar, que o Estado brasileiro ainda está em colapso: é o mesmo Estado que ainda não presta saúde, que ainda não presta educação adequada, que ainda não presta lazer como deveria. Nesse passo, vem a questão da Justiça, que é gênero de primeira necessidade pela expressão constitucional e não recebe de parte da vontade política o incremento que deveria receber.

Quero agora abrir um parênteses para traçar um paralelo com magistraturas de outros países; vamos pinçar o modelo americano da magistratura. A partir da Constituição Americana de 1789, houve uma doutrina do sistema de controle de constitucionalidade que ganhou o mundo: a doutrina da soberania da constituição, da prevalência do texto constitucional, o fenômeno da superioridade da constituição rígida.

O que o americano fez, se fosse possível resumir? Como ele identificou valores que seriam imortais, perenes, que seriam defendidos por toda uma nação ao longo de décadas e séculos, ele procurou colocar esses princípios gerais no texto constitucional; e como seria impossível amiudadamente expor todos esses princípios, colocou cláusulas genéricas e estabeleceu, por força do preceito constitucional, um garantidor, alguém que pudesse, ao longo do tempo, interpretar os anseios da cidadania americana. Esse *alguém*, para o sistema americano, foi o juiz e por força dessa confiança que o sistema depositou no Poder Judiciário, tivemos um juiz da Suprema Corte americana que, mais tarde, sentenciou: “*A constituição é o que os juízes dizem que ela é*”.

Essa confiança que se depositou nos juízes e a confiança que os juízes têm do povo americano faz com que aqueles valores sejam transferidos e realizados ao longo de décadas; é por isso que todos sabem da imutabilidade da constituição americana. A partir daí, do sistema de controle entre os Poderes é que se criou a doutrina do *judicial review*, que é hoje uma doutrina consagrada no mundo todo.

Feito um paralelo em relação ao sistema americano, tentamos entender o sistema francês para depois chegarmos no que temos hoje no Brasil e descortinar um futuro de um Judiciário como o nosso, recém-saído de um período autoritário.

Como todos sabem, a França teve uma revolução que mudou a história do mundo, a Revolução Francesa, onde algumas tantas cabeças foram decapitadas. E a grande Revolução Burguesa tinha uma desconfiança enorme no sistema antigo, que a antecedeu. No entanto, diante da técnica da atividade dos juízes, tendo em conta a peculiaridade da função dos magistrados, o sistema manteve – mesmo depois da Revolução – alguns juízes em seus postos.

Houve então um processo de deslegitimação da magistratura ou de desconfiança permanente do povo em relação aos seus juízes e isso se retrata ainda hoje, quando não encontramos no Judiciário francês um sistema de controle de constitucionalidade onde os juízes participem. Nem mesmo se cogita de um poder autônomo dentro da estrutura judiciária francesa. Na verdade, é um Conselho de Estado – que sofre nítida interferência política – que resolve, na instância judicante, as questões que envolvem o Estado.

Quis fazer esse paralelo para que os colegas percebessem a diferença de um povo que confiou nos seus juízes, que confiou a estrutura de concretude das regras constitucionais aos seus juízes e outro que até hoje tem desconfiança; é por isso que o sistema francês não tem uma magistratura que possamos dizer independente e autônoma no trato das questões que envolvam até mesmo interesses do Estado. Não existe o *judicial review* forte dentro do sistema francês.

Mas uma coisa é certa e possível de concluirmos: se pegarmos todos os sistemas europeus de estrutura judiciária, notadamente aqueles que saíram de um processo de ditadura, a história é bem diferente. Isso é bem nítido no livro do Prof. Raul Zaffarone, onde é abordada a questão do **Judiciário – Crises, Acertos e Desacertos**, e é analisada essa faceta, esclarecendo Zaffarone que todos os judiciários europeus que saíram de processos de

ditadura ou totalitarismo – como os da Espanha, Portugal, Alemanha, Itália -, depois de um período onde o Judiciário era absolutamente burocrático, houve uma exigência da população para que ele saísse da verticalização, da estrutura burocratizada, da estrutura hierarquizada e partisse para uma legitimação em relação à população. O que ocorreu foi uma *exigência* nesse sentido da sociedade daqueles países.

É por isso que hoje são Judiciários respeitados pelas suas populações, pois abandonaram a postura burocrática do nazismo, do franquismo, do fascismo e passaram a ter autonomia e independência perante os demais Poderes e respeito da sociedade.

Esse mesmo fenômeno, se traçarmos um paralelo e voltarmos para o sistema brasileiro, vem acontecendo conosco: a partir da Constituição democrática de 1988, o Judiciário ganhou um outro viés, um outro perfil, e vem, aos poucos, caminhando ao encontro dos anseios da população brasileira. É evidente que estamos falando de fatos históricos, com marchas e contra-marchas, com idas e vindas, com vicissitudes normais a todo caminho de se fazer história no mundo, mas a grande verdade é que o Judiciário vem no sentido de se democratizar, de se legitimar perante a sociedade a quem serve e isso vem sendo reconhecido por conta das posturas atuais da magistratura.

Vou me limitar a citar alguns pontos apenas.

Na questão da transparência, hoje quase todos os tribunais e associações têm assessoria de imprensa, que permite uma lubrificação da comunicação com a mídia de massa; temos projetos, em termos associativos, muito interessantes, como: “*Cidadania e Justiça se Aprendem nas Escolas*”, um gibi que trata do funcionamento da Justiça e que é distribuído nos colégios de 1º e 2º graus, um projeto da AMB onde diretores e magistrados vão até os colégios e ensinam as crianças, desde pequenas, a ter lições de cidadania.

Por outro lado, existe uma pesquisa feita pelo IUPERJ que dá notícia de que 82% dos juízes brasileiros que ingressam na magistratura estudavam e trabalhavam no momento em que realizaram o concurso e mais da metade desses juízes são oriundos de classe média, média baixa e baixa, o que significa dizer que os juízes são oriundos da população a que servem e não das elites.

Temos ainda, nesses novos tempos de Judiciário, uma Escola Nacional da Magistratura atuante e os juízes participando, no Congresso Nacional, de inúmeras inovações e de aperfeiçoamento da legislação processual e material, da reforma do Judiciário e de outras atividades.

Os Juizados Especiais são hoje uma realidade, como também o diálogo com a sociedade: os juízes estão deixando seus gabinetes e partem para o debate: aliás, um evento como este é a prova mais concreta do que estou dizendo.

Todos esses são caminhos que o Judiciário vem trilhando no sentido de atender os anseios da população.

No entanto, verificamos alguns retrocessos na reforma do Judiciário: a súmula vinculante, que, na nossa maneira de ver, representa um ataque à independência do juiz. Basta mencionar um exemplo claro que seria inibido caso existisse a súmula vinculante: os direitos da mulher, construídos ao longo do tempo por força de uma atuação pró-ativa dos juízes, foi uma evolução nítida da jurisprudência que fez com que houvesse uma necessidade de alteração legislativa. No início, numa condição ainda aviltante para a mulher, os juízes consideravam indenização por serviços prestados, depois foi se evoluindo para uma sociedade de fato e hoje temos aí a lei que reconhece os direitos da mulher, obtida a partir da jurisprudência.

E se houvesse uma súmula vinculante? Nada disso poderia estar sendo tratado.

A súmula vinculante representa a verticalização do poder, a concentração das decisões na cúpula e isso tudo conspira contra esse avanço que o Judiciário vem demonstrando hoje.

A questão das eleições para as cúpulas dos tribunais, com a participação de todos os juízes, é fundamental para que o magistrado se sinta engajado, participe mesmo da elaboração das políticas judiciárias. Em todos os países que mencionei já existe a participação da magistratura dentro desse processo de escolha dos órgãos de direção.

O concurso – dentro da proposta que vai ser votada no Congresso Nacional – seria realizado por uma instituição de fora do Judiciário e achamos que isso pode dar margem a uma série de *manobras* para prejudicar a independência na seleção e recrutamento dos juízes.

Dei aqui uma pálida idéia dos avanços e retrocessos e das perspectivas para o Judiciário: a grande verdade é que num momento como o que estamos vivendo é importantíssimo que possamos – e as crises trazem essa oportunidade – olhar para trás, verificar onde erramos no passado e corrigir os erros; isso vale para a nossa vida e para as instituições também. Corrigir os erros e apresentar soluções para o futuro.

Encerro citando um trecho de um poeta escritor que traz a saga do

povo português – José Saramago –, em que diz assim: “*O Cristo do Corcovado desapareceu, levou-o Deus quando se retirou para a eternidade, porque não tinha servido de nada pô-lo ali; agora, no lugar dele, fala-se em colocar quatro enormes painéis virados às quatro direções do Brasil e do mundo e em todos, em grandes letras, dizendo o mesmo: um direito que se respeite e uma justiça que se cumpra*”.

É essa a perspectiva que podemos ter para o Judiciário deste século em que vivemos. ◆